



SEÇÃO: ARTIGOS

Linguagem neutra: uma análise baseada na teoria dialógica do discurso

Gender-neutral language: an analysis based on the dialogic discourse theory

Verônica Franciele

Seidel¹

orcid.org/0000-0001-6643-2154

veronica.seidel@edu.pucrs.br

Recebido em: 10/01/2021.

Aprovado em: 04/05/2021.

Publicado em: 27/01/2022.

Resumo: Recentemente a discussão sobre o uso de uma linguagem neutra, que não promova a exclusão de pessoas que não se identificam com a divisão binária de gênero em masculino e feminino, tem ganhado espaço na sociedade. Tal temática vem sendo foco de discussões realizadas tanto no âmbito acadêmico, a exemplo de artigos científicos e palestras acerca dessa forma de expressão linguística, quanto da população em geral e, inclusive, do Poder Legislativo, que propôs em 2020 quatro projetos a esse respeito. Tendo em vista a relevância do tema na atualidade, o objetivo deste estudo consiste em refletir sobre o uso dessa forma de linguagem a partir da perspectiva do Círculo de Bakhtin, tomando como base o conceito de signo ideológico proposto por esses pensadores. Para tanto, também analisamos alguns excertos do Projeto de Lei n.º 5.385, que trata da linguagem neutra, buscando dialogar com as motivações e implicações dessa forma de expressão. A partir disso, entendemos que tal forma de linguagem se pauta em uma reacentuação dos signos ideológicos, advinda de uma modificação na realidade, de modo que os signos se tornam palco da tensão entre grupos que percebem a identidade como binária e grupos que não a percebem dessa maneira.

Palavras-chave: Linguagem neutra. Gênero. Círculo de Bakhtin. Signo ideológico. Valoração.

Abstract: Recently, the discussion about the use of a gender-neutral language, that do not promote the exclusion of people who do not identify themselves with the binary gender division in male and female, has been gaining space in society. Such theme has been the focus of discussions not only in the academic environment, for instance, with scientific papers and lectures about this form of linguistic expression, but also on the part of the population in general and, also, the Legislative Power, which proposed, in 2020, four projects regarding this subject. In view of the theme relevance nowadays, this study aims to reflect on the use of this form of language from the Bakhtin Circle's perspective, using the concept of ideological sign proposed by these thinkers. Therefore, we have also analyzed some excerpts of the Law Project No. 5.385, that addresses the gender-neutral language, seeking to dialogue with the motivations and implications of this form of expression. Thus, we understand that such form of language is based on a re-accentuation of ideological signs, resulting from a change in reality, so that the signs become the scene of stress between groups which see the identity as binary and groups that do not.

Keywords: Gender-neutral language. Gender. The Bakhtin Circle. Ideological sign. Valuation.



Introdução

A discussão sobre a língua ser um sistema autônomo, cujos valores dependem apenas de uma relação de antinomia, interna ao próprio sistema, como previa Saussure, ou ser amplamente atrelada ao seu contexto de uso, não sendo possível depreender o significado materializado linguisticamente sem compreender os fatores denominados de extraverbais, como entendia o Círculo de Bakhtin, não é recente nos estudos linguísticos. Apesar disso, tal discussão, ainda que de forma implícita, parece ter sido trazida à tona com mais força recentemente em virtude da querela que envolve a linguagem neutra.

Essa nova forma de linguagem tem por objetivo instaurar um processo de não exclusão via estruturas linguísticas que podem atuar como marcadores de gênero. Nesse sentido, tal linguagem, também denominada linguagem não binária, não sexista ou inclusiva, visa incluir pessoas de diferentes gêneros no uso da língua, indo na contramão de uma divisão binária em masculino e feminino, seja porque o uso de formas genéricas masculinas como "todos" excluiria o feminino, seja porque o uso de formas marcadas ("ela"/"ele") excluiria quem não se identifica com uma divisão binária de gênero.

No português brasileiro, tal fenômeno tem sido posto em prática principalmente de quatro maneiras, as duas primeiras atuando como formas de visibilização de gênero e as duas últimas como formas de neutralização. São elas: a) usar o feminino em substantivos comuns de dois gêneros, normalmente empregados no masculino independente do gênero da pessoa em questão, como, por exemplo, "presidenta" no caso em que se tratar de alguém que se identifica com o gênero feminino; b) empregar ambas as formas, masculina e feminina, como em "professores e professoras" ou "professores/as", quando se tratar de um grupo misto de pessoas; c) substituir o que poderia ser compreendido como marcador de gênero no final de nomes e adjetivos por "x", "@" ou "e", como em "alunx", "alun@" ou "alune"; e d) utilizar hiperônimos como "pessoas" e "indivíduos" em detrimento de formas marcadas.

Contudo, essa inovação linguística tem sido alvo de amplo debate na sociedade atual, constituindo foco de atenção não só de artigos científicos e de palestras, a exemplo de uma mesa-redonda organizada pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin) em 14 de julho de 2020, intitulada "Língua, gramática, gênero e inclusão", como também de discussões por parte da população em geral e, inclusive, do Poder Legislativo, a exemplo do Projeto de Lei n.º 5.385, de 04 de dezembro de 2020, que veda o uso da linguagem neutra na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas na educação básica e superior, por tal linguagem não possuir "[...] absolutamente nenhum embasamento científico" (BRASIL, 2020c).

Diante disso, tendo em vista a relevância do tema na atualidade, o objetivo deste estudo consiste em refletir sobre o uso dessa forma de linguagem a partir da perspectiva bakhtiniana. Para isso, mobilizamos, na seção a seguir, algumas proposições elaboradas pelo Círculo de Bakhtin acerca de seu entendimento sobre o que é a língua, com foco no conceito de signo ideológico, a fim de embasar a discussão proposta. Além disso, trazemos para análise alguns excertos do Projeto de Lei n.º 5.385, que trata da linguagem neutra, buscando compreender as motivações e implicações dessa forma de expressão. E, por fim, na última seção, apresentamos algumas considerações, no intuito de retomar os principais pontos debatidos ao longo do estudo.

1 O que a ótica do Círculo de Bakhtin pode nos dizer sobre a linguagem neutra?

Para discutir as motivações e implicações do uso da linguagem neutra, entendemos ser necessário iniciar com uma breve contextualização sobre como esse uso conquistou espaço. No contexto brasileiro, a discussão acerca da marcação de gênero em estruturas linguísticas começou a ganhar destaque, de forma geral, quando, em 2011, ao assumir a Presidência da República, Dilma Rousseff autoproclamou-se presidenta do Brasil. Apesar de a forma no feminino ser dicionarizada

e reconhecida como termo integrante da língua portuguesa, tal utilização foi alvo de inúmeras críticas na época, motivadas, sobretudo, pela percepção de que o termo constituía uma afronta às normas da língua culta ou de que seu emprego era desnecessário, tendo em vista a existência de um equivalente masculino – “presidente” –, que abrangia tanto homens quanto mulheres. Assim, como salientam Borba e Lopes (2018, p. 245), o novo, nesse caso, não era o termo em si, “[...] mas o fato de uma mulher ocupar um cargo que sempre fora masculino, o que fez com que o termo parecesse novo”. Embora nessa situação em específico o termo “presidenta” consista em uma afirmação da binariedade de gênero, tal escolha parece estar relacionada à busca por sinalizar um acontecimento inédito na história do país: uma mulher como líder do Poder Executivo. Tal acontecimento histórico-linguístico parece ter aberto caminho para que, logo depois, fosse sancionada uma lei determinando que a profissão e o grau em diplomas passassem a ser flexionados conforme o gênero da pessoa (BRASIL, 2012).

Recentemente, o tema da linguagem neutra voltou a ganhar destaque quando da divulgação de uma nota da direção pedagógica do Liceu Franco-Brasileiro, um colégio situado na zona sul do Rio de Janeiro, informando que a instituição passaria a apoiar o uso da linguagem inclusiva. Na nota, publicada no dia 10 de novembro de 2020 nas redes sociais da instituição, a direção pedagógica afirmou que, em virtude de seu compromisso com o respeito à diversidade, estava tornando público “[...] o suporte institucional à adoção de estratégias gramaticais de neutralização de gênero”.²

A partir de então, tal nota motivou a constituição de quatro projetos de lei em 2020.³ O primeiro deles, de n.º 3.325, de 12 de novembro, foi propos-

to pelos deputados estaduais Marcio Gualberto e Anderson Moraes, do Partido Social Liberal (PSL) do Rio de Janeiro (BRASIL, 2020a). O segundo, de n.º 5.248, que data de 24 de novembro, foi proposto pelo deputado federal Guilherme Derriete, do Progressistas (PP) de São Paulo (BRASIL, 2020b). O terceiro, de n.º 2.013, foi proposto em 03 de dezembro de 2020 pelo vereador Carlos Bolsonaro, do partido Republicanos do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2020). E o quarto, que constitui foco direto de análise neste estudo, o Projeto de Lei n.º 5.385, foi proposto em 04 de dezembro de 2020 pela deputada Caroline de Toni, do PSL de Santa Catarina (BRASIL, 2020c).

Esses quatro projetos foram propostos por deputados filiados a partidos com orientação de direita e que apresentam, portanto, posicionamentos de cunho mais conservador, buscando uma estabilização do *status quo*, como tentaremos demonstrar a seguir – inclusive, o PSL é o partido pelo qual se elegeu o atual presidente do país, Jair Bolsonaro, que apresenta uma postura alinhada à extrema direita. Tais dados são importantes, pois, conforme a perspectiva bakhtiniana, sempre enunciamos a partir de determinada posição, que é situada sócio-historicamente, entendendo e valorando o mundo desde essa ótica. Assim, a forma como percebemos o mundo e aqueles com quem interagimos depende de fatores tanto do contexto mais imediato quanto do contexto mais amplo.

Desse modo, na abordagem do Círculo de Bakhtin, a língua⁴ está ligada, intrinsecamente, às determinações históricas e à ação do ser humano no mundo. Uma vez que a língua perpassa diferentes classes sociais carregando, portanto, possibilidades distintas de orientação ideológica, por meio dela, o indivíduo posiciona-se ao

² A nota inicial, cuja reprodução consta em uma matéria da revista Pais e Filhos (SARAIVA, 2020), não está mais disponível na página do Facebook da instituição, que conta agora apenas com uma nota de esclarecimento sobre o tema: “[...] o colégio afirmou o respeito à autonomia de professores e alunos no uso da neutralização de gênero gramatical na escola. Em nenhum momento, informou que passaria a adotar essa prática em avaliações e em sua comunicação oficial. O Liceu Franco-Brasileiro, portanto, reafirma que continuará a seguir o padrão da norma culta do português, como tem feito desde sua fundação” (LICEU FRANCO-BRASILEIRO, 2020).

³ Antes disso, esse tema já havia constituído foco de propostas apresentadas pelo Poder Legislativo, sendo a mais antiga de 7 de junho de 2011, na forma de emenda ao Projeto de Lei n.º 8.035/2010, mostrando-se favorável à linguagem neutra ao propor o uso da “[...] linguagem inclusiva em todo o texto da lei, indicando os vocábulos tanto no gênero masculino quanto feminino toda a vez que o assunto se referir tanto a homens quanto mulheres” (BRASIL, 2011).

⁴ Como, em russo, o termo *iazik* significa tanto “língua” quanto “linguagem”, neste estudo, ambas as expressões são utilizadas a depender do sentido pretendido e, no caso de citações, da escolha feita pelos tradutores.

enunciar. Esse posicionamento, no entanto, só se constitui no interior de determinado grupo social, indicando que a língua é social, o que implica que esta existe em virtude do ser humano e de sua ação no mundo, ou seja, em função da organização sociopolítica da sociedade que a utiliza, sendo invariavelmente sujeita às alterações nessa base. Assim, a língua seria social por natureza, o que permite afirmar que a ideologia é indissociável da língua e que esta é condição para produção, conservação e transformação de valores e condutas.

A língua está, dessa forma, em constante processo de atualização, não sendo apenas um sistema abstrato de signos ou um produto estático, mas um sistema de signos com valor ideológico, conforme explicita Volóchinov (2018).⁵ Ademais, é preciso ressaltar que os signos ideológicos sempre se manifestam por meio de enunciados, que são unidades reais da comunicação discursiva, e não de palavras e frases soltas, isto é, descontextualizadas de seu contexto de uso. Cada enunciado é definido pela alternância dos falantes, sendo caracterizado por uma conclusibilidade específica, que consiste na possibilidade de ser respondido; pela relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do enunciado; e por sua relação com o próprio falante e com os outros participantes da comunicação discursiva. Tais características definem o enunciado como unidade da comunicação discursiva, ou seja, como unidade real de comunicação (BAKHTIN, 2016).

Nesse sentido, como ressalta Bakhtin (2016), a língua é aprendida por meio de enunciados concretos proferidos por aqueles que nos rodeiam em situações reais de comunicação discursiva, motivo pelo qual aprender a interagir pela fala consiste em saber construir enunciados na forma de determinado gênero, tendo em vista as relações histórico-sociais estabelecidas em cada contexto de produção. Assim, na perspectiva do Círculo, existem basicamente três instâncias que constituem a língua, percebidas como integran-

tes umas das outras: os signos ideológicos, os enunciados e os gêneros do discurso. O signo ideológico sempre se manifesta por meio de enunciados, e o enunciado sempre se manifesta por meio de gêneros do discurso. Ainda que as três categorias de análise se imbriquem, para a discussão aqui pretendida, focamos nossa atenção na noção de signo ideológico, proposta por Volóchinov (2018, 2019), mas, sempre que produtivo, atentamos às demais noções que integram a teoria dialógica do discurso.

Tendo isso em vista, importa ressaltar, ainda, que um enunciado sempre dialoga com outros enunciados, de modo que atua, antes de tudo, como uma resposta a esses outros enunciados. Um enunciado ocupa, assim, uma posição definida em dada esfera da comunicação, posição essa que só se torna possível a partir da correlação com outros pontos de vista. Desse modo, os enunciados consistem em atitudes responsivas a outros enunciados, de forma que implicam certas posições avaliativas, o que pode ocorrer, por exemplo, por meio de reprodução de trechos de enunciados alheios ou da menção a estes enunciados. Assim, os enunciados sempre respondem, em alguma medida, a enunciados anteriores, resposta essa que pode consistir em concordância, recusa, negação, dúvida, entre outras possibilidades, e que pode ser imediata ou retardada.

No caso do Projeto de Lei n.º 5.385, há uma referência direta à nota do colégio Liceu. Por isso, entendendo que os enunciados invariavelmente constituem, de alguma forma, uma resposta a enunciados anteriores, como afirma Bakhtin (2016), para a reflexão ora proposta, iremos recorrer a alguns excertos tanto do projeto quanto da nota do colégio, que, em nossa perspectiva, dialogam diretamente.

O projeto inicia afirmando a garantia aos estudantes brasileiros do direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta. Depois, em seu artigo 3.º, prevê que "Fica expressamente proibida a denominada 'linguagem

⁵ Embora ainda possa haver certo embate acerca da autoria de algumas produções atribuídas ao Círculo de Bakhtin em alguns países, as obras aqui citadas respeitam o constante nas edições consultadas para a realização deste estudo.

neutra' na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas" (BRASIL, 2020c). Trata-se, assim, de uma medida que visa proibir o uso dessa forma de linguagem no referido contexto com base no argumento de que tal uso é contrário à norma culta e, portanto, deve ser abolido. A esse respeito, importa observar que a medida em questão evidencia um não reconhecimento da linguagem neutra, isto é, não se reconhece nem se aceita a possibilidade de que seja empregada para referir o público atendido no ambiente escolar. Por outro lado, no caso da nota temos uma medida que evidencia justamente o contrário, o aceite dessa forma de linguagem, sem, contudo, obrigar o seu uso por parte de estudantes e docentes:

Cabe ressaltar que essa iniciativa não configura, absolutamente, a obrigatoriedade da adoção de estratégias de neutralização do gênero pelo corpo discente ou docente, até mesmo porque a normatividade linguística inerente à redação de documentos oficiais ainda configura certa restrição a esses usos (LICEU, 2020).

Ou seja, o colégio afirma a existência de uma normatividade linguística, mas abre a possibilidade de que os envolvidos no ambiente escolar optem pela forma de expressão que melhor atenda às suas necessidades.

A partir desses dois excertos, podemos perceber que há dois movimentos em jogo: um de contenção e outro de distensão de sentidos. Enquanto o Projeto de Lei visa garantir o uso de uma única forma (com marcação de gênero) em detrimento das outras, a nota visa permitir o uso da linguagem neutra, sem rejeitar as formas tradicionais (com marcação de gênero). Instaura-se, assim, uma tensão entre duas forças, denominadas por Bakhtin (2010) de centrípetas – que atuam no intuito de unificar, normatizar e homogeneizar a língua e, conseqüentemente, a sociedade – e de centrífugas – que atuam no sentido de desunificar, estratificar e heterogeneizar a língua e, por conseguinte, a sociedade.

Bakhtin (2010) salienta, ainda, que as forças centrípetas da língua agem no meio do plurilinguismo real, isto é, no meio onde diferentes vozes, de sujeitos pertencentes a diferentes

contextos, coabitam. A esse respeito, menciona, também, que

Em cada momento da sua formação a linguagem diferencia-se não apenas em dialetos linguísticos, no sentido exato da palavra (formalmente por indícios linguísticos, basicamente por fonéticos), mas, o que é essencial, em línguas sócio-ideológicas: sócio-grupais, "profissionais", "de gêneros", de gerações, etc. (BAKHTIN, 2010, p. 82).

Portanto, conforme Bakhtin (2010, p. 81, grifo do autor), "Tomamos a língua não como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma língua *ideologicamente* saturada". Isto é, como uma língua que carrega consigo, para além de formas linguísticas, valores e pontos de vista sobre o mundo.

Por isso, as forças de centralização e descentralização linguística são processos verbo-ideológicos, ou seja, de "[...] forças de união e de centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sócio-política e cultural" (BAKHTIN, 2010, p. 81). Isso significa que tais orientações, de unificação no caso do Projeto de Lei n.º 5.385 e de desunificação no caso da nota do Lceu, estão associadas, respectivamente, a interesses de homogeneizar e de heterogeneizar a sociedade que utiliza essa língua. Essa relação entre língua e vida indicada por Bakhtin (2010) permite inferir, nos discursos analisados, duas perspectivas de mundo: uma que percebe o gênero como algo fixo e estável (para quem existem duas possibilidades de gênero – feminino e masculino – definidas no nascimento pelo sexo biológico) e, portanto, adequadamente expresso pelos marcadores de gênero linguísticos tradicionalmente empregados; e outra que percebe o gênero como algo mutável e instável (para quem o gênero é uma construção, realizada ao longo da vida) e, portanto, não expresso de forma adequada por marcadores binários de gênero na língua.

Assim, os mesmos signos – aqueles que de alguma forma estão associados a marcadores de gênero – são valorados de maneira distinta. Isso pode ser explicado pelo fato de que, como um

mesmo signo é utilizado por diferentes classes sociais, ele inevitavelmente carrega diferentes acentos de valor, isto é, reflete e refrata as percepções da realidade dessas classes, que são distintas. Nenhum signo, justamente por ser utilizado por sujeitos reais em momentos específicos da história, reflete "objetivamente" o objeto ou o conteúdo a que se refere, pois "Qualquer pessoa, ao conhecer a realidade [que é heteróclita, fragmentada e impossível de ser apreendida em sua totalidade], a conhece de um determinado ponto de vista" (VOLÓCHINOV, 2019, p. 317), e essa realidade é apreendida justamente por meio dos signos, já que são eles que medeiam o acesso ao mundo exterior. Dessa maneira, como o signo está presente em todas as esferas ideológicas, podendo, portanto, ocupar qualquer função ideológica – seja estética, científica ou religiosa, por exemplo –, seu valor dependerá das condições sócio-históricas vigentes. Isso significa que cada grupo social se apropria da língua a partir do seu próprio contexto, ou seja, que o contexto extraverbal determina a carga ideológica dos signos e que ninguém fala por meio de palavras, mas de valorações sociais.

Essa relação entre língua e sociedade pode ser evidenciada também por intermédio da definição de linguagem neutra que o documento legal ora analisado apresenta:

Parágrafo Único – Para efeito desta Lei entende-se por "linguagem neutra", toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões lingüísticos, sejam escritos ou falados com a intenção de anular as diferenças de pronomes de tratamento masculinos e femininos **baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes**, mesmo que venha a receber outra denominação por quem a aplica (BRASIL, 2020c, grifo nosso).

Ao observar o excerto supracitado, percebemos um primeiro argumento, ainda que implícito, para recusar a linguagem neutra: tal forma de expressão carece de fundamento por ser

baseada em gêneros não existentes no mundo. Ou seja, se inexistem outros gêneros além de masculino e feminino, não há razão para o emprego de formas que apontem para outras possibilidades de gênero, simplesmente porque essas possibilidades não existem. Assim, notamos que controlar a língua e, conseqüentemente, o sentido constitui também uma forma de exercer o poder⁶, determinando o que é válido/aceito ou não, nesse caso em termos de identidade de gênero. Busca-se, então, estabilizar o sentido, negando não apenas a possibilidade de usar dada forma linguística, mas a possibilidade de ser o que essa forma designa, uma vez que enunciar consiste, também, em uma maneira de reconhecer a existência daquilo de que se fala. Desse modo, a ideia de língua presente nesse documento está diretamente relacionada à defesa de uma ideia de sociedade.

Ao encontro disso, o Projeto de Lei n.º 5.385 cita a Constituição Federal de 1988, para afirmar que a língua portuguesa é o idioma oficial do Brasil e deve ser preservada, de maneira que

[...] é absolutamente autoritário, ditatorial e antidemocrático que movimentos de minorias, tais como os que propagam o chamado "dialeto" ou "linguagem não-binária ou neutra", que hodiernamente toma de assalto as escolas, pretendam modificar a língua oficial impondo diretamente nas salas de aula, o ensino de uma linguagem que substitua a gramática e a língua oficial (BRASIL, 2020c).

A partir desse excerto, fica evidente a percepção de que a língua portuguesa é única, não podendo ser modificada, e de que as formas utilizadas pela linguagem neutra não fazem parte da língua portuguesa. Veicula-se, assim, a ideia de unicidade e de que a língua constitui um objeto autônomo, a ser preservado e passado de geração em geração, de forma que qualquer alteração constituiria uma mácula, na tentativa de delimitar uma fronteira clara entre língua e sociedade. Tal perspectiva é corroborada por Borba e Lopes (2018, p. 266), quando afirmam

⁶ A respeito das relações entre poder e linguagem, Barthes (2013, p. 12-13) afirma: "Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem [...] Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva [...] [em francês] sou obrigado a escolher entre o masculino e o feminino, o neutro e o complexo me são proibidos".

que "[...] rasurar o gênero gramatical com o X ou através de outras estratégias implica encardir a língua com a instabilidade e a fluidez do social".

A esse respeito, cabe mencionar que "[...] *as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação. A mudança dessas formas acarreta uma mudança do signo*" (VOLÓCHINOV, 2018, p. 109, grifo do autor). Assim, o signo ideológico sofrerá alteração à medida que algum fator de cunho social, econômico ou cultural da comunidade semiótica que o utiliza for alterado, já que o signo sempre remete a algo fora de si mesmo, que lhe é exterior: o signo ideológico é sempre motivado por algo externo, que diz respeito à própria constituição social da língua. Diante disso, podemos afirmar que "[...] em todo signo ideológico cruzam-se ênfases multidirecionais. [...] Na verdade, apenas esse cruzamento de acentos proporciona ao signo a capacidade de viver, de movimentar-se e de desenvolver-se" (VOLÓCHINOV, 2018, p. 113).

Nesse sentido, Volóchinov (2018) chama atenção, ainda, para o fato de que o signo constitui o indicador mais sensível das mudanças sociais, abarcando tais mudanças quando estas ainda estão em formação e não se constituíram em sistemas ideológicos organizados. Assim, o signo, também denominado de palavra,

É o meio em que ocorrem as lentas acumulações quantitativas daquelas mudanças que ainda não tiveram tempo de alcançar uma nova qualidade ideológica nem de gerar uma nova forma ideológica acabada. A palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam (VOLÓCHINOV, 2018, p. 106).

A partir disso, entendemos que a língua não é um objeto imóvel, a ser preservado como indica o Projeto de Lei n.º 5.385, mas um sistema em constante alteração e atualização, já que as mudanças na sociedade implicam mudanças na língua. Assim, "[...] se na vida hodierna o gênero não é uma prática tão dicotômica e binária quanto discursos essencialistas e a escrita normatizada em gramáticas apregoam" (BORBA; LOPES, 2018, p. 266), tal alteração na sociedade levará a uma alteração na língua, a qual pode ser percebida, por exemplo,

por meio da reestruturação linguística que prevê a linguagem neutra.

No que concerne a essa relação entre língua e sociedade, Volóchinov (2019) salienta, também, que a língua reflete e refrata em todos os seus elementos a organização tanto econômica quanto sociopolítica da sociedade que a gerou. Nessa perspectiva, o signo é ideológico, haja vista que possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo (um objeto ou um acontecimento), refratando e refletindo outra realidade que não a sua. Dessa forma, o signo linguístico, por apresentar essas características, é um signo ideológico – diz respeito a uma realidade outra que não a sua própria (a realidade material fônica ou gráfica), isto é, a algum fenômeno da natureza ou da consciência social (VOLÓCHINOV, 2018). Desse modo,

Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa realidade. Qualquer fenômeno signico é dado em algum material [...] O signo é um fenômeno do mundo externo. Tanto ele mesmo, quanto todos os efeitos por ele produzidos, ou seja, aquelas reações, aqueles movimentos e aqueles novos signos que ele gera no meio social circundante, ocorrem na experiência externa (VOLÓCHINOV, 2018, p. 94).

Assim, todo signo também refrata tanto a realidade que designa quanto o ser que o utiliza devido ao entrecruzamento de interesses sociais orientados de diferentes modos – "A existência não é apenas refletida no signo, mas também é refratada nele" (VOLÓCHINOV, 2018, p. 112). Esse fenômeno da luta de classes, que leva à refração de opiniões, avaliações e pontos de vista, torna o signo vivo e móvel, posto que ele é sensível aos embates sociais, que mudam constantemente no decorrer da história. Ou seja,

A realidade objetiva histórica e natural torna-se o tema de nossas palavras na condição de signos ideológicos. A palavra, como todo signo ideológico, não só reflete a realidade, mas também a refrata na comunicação social viva, na interação discursiva viva. Isso ocorre porque as relações de classe, ao se refletirem na palavra, ditam-lhe diferentes nuances de sentido, introduzem nela diferentes pontos de vista, atribuindo-lhe diferentes avaliações (VOLÓCHINOV, 2019, p. 320).

Diante disso, o estudo da língua na concepção bakhtiniana⁷ busca, entre outros aspectos, investigar como a realidade determina o signo e de que forma o signo reflete e refrata a realidade em transformação, tendo em vista que, além de reproduzir determinado sentido, o signo também carrega a possibilidade de ressignificar os sentidos a cada vez que é enunciado. Assim, ele reflete e, ao mesmo tempo, altera as condições de produção sócio-históricas e, conseqüentemente, as relações entre a infraestrutura e a superestrutura,⁸ conforme menciona Volóchinov (2018). Nesse sentido, a concepção de língua dos integrantes do Círculo fornece uma base teórica para compreender a influência que a infraestrutura e a superestrutura exercem uma sobre a outra e de que modo a língua atua nesse intermédio, ou seja, qual a relação dos signos com o ser humano e, conseqüentemente, com o mundo. Assim, podemos afirmar que a realidade ocupa papel central nessa concepção, pois está inevitavelmente ligada aos signos, sendo motivador destes, os quais, por sua vez, também têm o poder de interferir na realidade.

Essa capacidade de refração do signo ideológico vai ao encontro do que defendem Borba e Lopes (2018, p. 242) acerca da linguagem neutra, quando afirmam que "[...] essas intervenções imundicam o cotidiano escolar", abrindo "[...] possibilidades de 'fazer a diferença', de repetir a realidade de uma forma distinta, de (re)imaginar futuros e de (re)desenhar territórios de forma que estes não fiquem encerrados em práticas e conceitos fixos, puristas e acabados". A esse respeito, ressaltamos que um signo ideológico, caso dos signos que constituem a língua em uso, funciona como uma espécie de espelho, que reflete a realidade a que se refere, mas também como um prisma, isto é, como um elemento capaz de refratar essa mesma realidade, modificando-a.

Nesse sentido, entendemos que a linguagem neutra carrega consigo a potencialidade de promover uma ruptura no binarismo de gênero que estrutura a sociedade brasileira, de forma que, ao mesmo tempo que expressa uma identidade de gênero fluida, abre espaço para que essa identidade exista no mundo. Assim, essa forma de linguagem instaura uma fissura nas "[...] limitações impostas por categorias sexuais estanques e hegemônicas, i.e. homem e mulher, que castram as potencialidades identitárias de alguns indivíduos que essas categorias não contemplam" (BORBA, 2015, p. 95), definindo quem escapa dessa dicotomia como desviante. Portanto, entendemos que o uso da língua está associado, também, a definições de como homens e mulheres devem agir na sociedade – ou seja, de quais são as posturas e os papéis aceitos para homens e para mulheres –, de modo que quem rompe com tais categorias e normas é tido como à margem das convenções sociais.

Destarte, diante do alto índice de violência motivada por gênero no Brasil – que é o país com a maior quantidade de registros de crimes letais contra LGBTQIA+⁹ do mundo e em que, a cada dois minutos, uma mulher é agredida (MOTT; MICHELS, 2019; SOUZA, 2020) –, o uso de uma linguagem inclusiva visa, também, romper com essa realidade. Ao neutralizar a classificação binária de gênero da língua, tal forma de expressão instaura a possibilidade de alterar os estereótipos instituídos socialmente, que tomam o masculino como padrão identitário, entendendo como desviante e patológico tudo que não atende a esse padrão – mulheres e população LGBTQIA+.

Tendo isso em vista, faz-se necessário lembrar que, da perspectiva bakhtiniana, enunciar é se posicionar e responder à realidade, pois a língua constitui uma forma de apreensão do mundo e, igualmente, de expressão dessa apreensão:

⁷ Neste artigo, empregamos as expressões "concepção bakhtiniana" ou "teoria bakhtiniana", por exemplo, para fazer referência às contribuições do Círculo de Bakhtin de forma geral, mas mobilizamos, sobretudo, as proposições elaboradas por Volóchinov por tratarem mais diretamente dos aspectos que constituem o foco deste estudo.

⁸ Esses dois níveis formariam a estrutura social. Assim, enquanto a infraestrutura é compreendida como a base econômica e as forças sociais, ou seja, os meios de produção e a força de trabalho da sociedade, a superestrutura é vista como as instituições políticas, religiosas, jurídicas etc., isto é, como as instituições constituídas.

⁹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e todas as outras identidades de gênero e orientações sexuais.

por meio da língua construímos nossas visões de mundo, necessitando dela para interpretar a realidade, bem como para compreender quem somos. Desse modo, ao optar por signos que integram a linguagem inclusiva, os falantes estão adotando determinada posição ante o mundo que os cerca, percebendo e valorando esse mundo a partir de dada ótica, o que significa que, "Ao dizer que certas palavras são verdadeiras ou falsas, justas ou tendenciosas, sensatas ou insensatas, profundas ou superficiais, fazemos juízo não em relação às próprias palavras, mas à realidade que é refletida e refratada nas palavras-signos" (VOLÓCHINOV, 2019, p. 316).

Tal aspecto auxilia a compreender as implicações que o uso da linguagem neutra representa para os grupos que, independentemente da razão, não se sentem contemplados pelas formas linguísticas tradicionalmente empregadas para designar gênero. Como somos constituídos pela língua, ao falar utilizamos as estruturas linguísticas que temos disponíveis, as quais podem repetir e reiterar as normas da classificação binária de gênero, impelindo-nos a uma identidade de sujeitos com a qual não necessariamente nos identificamos.

A língua funciona, assim, como uma via de mão dupla, em que o signo se altera à medida que a sociedade se altera e em que uma modificação no signo também modifica a sociedade. Diante disso, ressaltamos que, para o Círculo de Bakhtin, a língua atua como constitutiva da identidade: por seu intermédio nos constituímos, nos relacionamos com nosso interlocutor e expressamos nosso posicionamento sobre o mundo (MEDVIÉDEV, 2012; VOLÓCHINOV, 2018, 2019). Dessa forma, podemos pensar a língua como possuidora de uma dimensão ética, posto que falar implica necessariamente valorar e, portanto, agir no mundo a partir de determinado ponto de vista, o que pode afetar tanto a nossa própria constituição enquanto sujeitos quanto a constituição de nosso interlocutor.

Evidencia-se, assim, a relevância da linguagem não binária para os grupos que dela se utilizam, o que não elimina a necessidade do reconheci-

mento de tal forma pelo restante da sociedade, uma que vez, conforme explicita Bakhtin (2010), a constituição da identidade requer um reconhecimento de si pelo outro. Ou seja, o reconhecimento de uma identidade de gênero que não é inata, fixa e dicotômica e que não, necessariamente, corresponde ao sexo biológico passa também pelo reconhecimento das formas linguísticas não pautadas na binariedade.

Além disso, precisamos levar em conta que a língua exerce papel fundamental na tomada de consciência e na compreensão da realidade, sendo via linguagem que temos acesso ao mundo e somos falados: nossa primeira imagem sobre nós mesmos, inclusive, advém da fala de nossos pais, definindo-nos e falando por nós. Essas palavras, como menciona Bubnova (2013, p. 15), "[...] são as primeiras valorações que recebemos". Dessa maneira, o que confere existência a um signo é o fato de ele constituir foco de atenção de determinada comunidade e, por isso, adquirir um valor particular. Conforme ressalta Volóchinov, 2018, p. 110-111, grifo do autor):

[...] somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se. É por isso que todas as ênfases ideológicas, embora produzidas por uma voz individual (por exemplo, na palavra) ou por qualquer organismo individual, são ênfases sociais, que pretendem o reconhecimento social, e apenas em prol desse reconhecimento são realizadas no exterior, no material ideológico.

Nesse sentido, a linguagem inclusiva busca o reconhecimento de que existem distintas possibilidades de construção de identidade de gênero. Entretanto, tal perspectiva implicaria, igualmente, compreender que o gênero não constitui uma verdade válida para todos, determinada *a priori*, o que vai de encontro a outro excerto do Projeto de Lei n.º 5.385, quando afirma que "[...] o que está em curso no Brasil e conseqüentemente no Ocidente é uma tentativa de destruir [...] o veículo pelo qual expressamos e transmitimos valores universais" (BRASIL, 2020c). Percebemos aqui dois aspectos principais: a ideia de que existem valores universais; e a ideia de que a língua deve expressar e transmitir esses valores. A esse respeito, cabe lembrar que, na

abordagem bakhtiniana, valores como bom/mau, verdade/mentira e certo/errado são construções discursivas, já que essas categorias não existem no mundo de forma apriorística. Da mesma maneira, a categorização do gênero em masculino e feminino constitui uma construção realizada, também, por intermédio da língua e baseada predominantemente na história da nossa sociedade, assentada em uma ótica heteronormativa, que, para a linguística *queer*,¹⁰ por exemplo, visa à marginalização daqueles que não se identificam com os estereótipos propagados por tal ótica.

Essa heteronormatividade é constituída por regras, produzidas nas sociedades, que controlam o sexo dos indivíduos e que, para isso, precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para dar o efeito de substância, **de natural**. Esse efeito é performativo, isto é, tem o poder de produzir aquilo que nomeia e, assim, repete e reitera as normas de gênero (BORBA, 2015, p. 97, grifo nosso).

É justamente esse sentido de natural, de que existe um valor universal e válido para todos, que parece buscar o texto do Projeto de Lei n.º 5.248. Nessa mesma direção, tal documento afirma: "Portanto, fica claro que não há outras motivações a não ser as ideológicas para suscitar a defesa desse dialeto" (BRASIL, 2020c). Ao afirmar que o uso da linguagem inclusiva é motivado por questões ideológicas, afirma também que a motivação do texto de lei não é ideológica, como se pudesse haver um uso da língua desprovido de ideologia, isto é, do que Volóchinov (2019, p. 243) define como "[...] todo o conjunto de reflexos e refrações no cérebro humano da atividade social e natural, expressa e fixada pelo homem na palavra, no desenho artístico e técnico ou em alguma outra forma signíca". Isso significa que a língua em uso é sempre ideológica,¹¹ uma vez que reflete as condições específicas do contexto em que se origina (hierarquização das relações

sociais vigentes, momento histórico-cultural da sociedade etc.), bem como suas finalidades. Assim, embora o uso da língua esteja presente em todas as áreas da atividade humana, cada uma delas entende a realidade com base em suas próprias formas de percepção do mundo, alterando e influenciando esse meio também de uma forma particular. Nesse sentido, na ótica bakhtiniana, língua e ideologia andam juntas e são indissociáveis, pois usar a língua implica obrigatoriamente valorar o mundo e posicionar-se ante esse mundo a partir de uma ótica específica.

Assim, todos os elementos da língua refletem, de alguma maneira, o posicionamento axiológico de quem enuncia. Ao falar, evidenciamos nossas formas de avaliar o mundo e, a partir dessa avaliação, atribuímos valores capazes de interferir na constituição de nossos interlocutores. Por essa razão, alterações na língua podem propor alterações na realidade, isto é, podem auxiliar a construir outro tipo de realidade. Desse modo, ao afirmar que determinado uso da língua é ideológico por carecer de embasamento científico, o Projeto de Lei n.º 5.385 utiliza como base alguns argumentos advindos da morfologia, citando autores como Mattoso Câmara, para defender a ideia de que a terminação "o" não constitui marca de gênero, "[...] não havendo, então, nenhuma causa relacionada a um suposto machismo, mas às características morfológicas da língua portuguesa" (BRASIL, 2020c) para que termos no masculino sejam tomados como válidos para designar tanto homens quanto mulheres.

A esse respeito, ressaltamos que, de uma ótica morfológica, na língua portuguesa apenas a desinência "a" é considerada marca de gênero, de forma que as demais desinências – "o" e "e" – seriam vogais temáticas e não teriam, assim, relação direta com o gênero (CÂMARA JR., 1970), o que vai ao encontro do argumento de que formas como

¹⁰ Esse campo dos estudos linguísticos, que é relativamente novo no Brasil, busca investigar as relações entre linguagem e sexualidade, partindo de uma perspectiva não essencialista das identidades sexuais e entendendo que essas identidades constituem produtos "[...] de performances corporais e linguísticas que repetem, reiteram ou subvertem discursos dominantes que trancafiam as posições de sujeito em binarismos, como homem/mulher, hetero/homo" (BORBA, 2015, p. 91).

¹¹ Cabe ressaltar aqui que o fato de a língua ser sempre ideológica, para o Círculo de Bakhtin, indica que nenhum uso da língua é neutro. Nesse sentido, a expressão "linguagem neutra" empregada para designar formas linguísticas que não contenham marcadores de gênero não significa que essas formas sejam desprovidas de ideologia, mas que evidenciam valores outros que visam incluir, representar e respeitar quem não se identifica com a classificação binária de gênero.

"todos", por exemplo, não carregariam marca de gênero e, portanto, poderiam ser empregadas para designar tanto homens quanto mulheres. Apesar disso, nas línguas que codificam gênero, como é o caso da portuguesa, não é incomum seus falantes estabelecerem alguma correspondência entre marcação linguística de gênero com sexo biológico (CORBETT, 1991). Nesse sentido, a perspectiva de que gênero gramatical e gênero social são categorias distintas não encontra apoio no uso da língua. Como têm demonstrado alguns estudos, cognitivamente, há uma associação entre termos no masculino (mesmo no caso de termos que designam objetos inanimados) e características habitualmente vinculadas à masculinidade, fazendo com que a um mesmo termo, a depender do gênero gramatical a que pertence, sejam atribuídas características distintas (BORODITSKY; SCHMIDT; PHILLIPS, 2003; GYGAX *et al.*, 2008). Como exemplo, o termo "chave", que é masculino na língua alemã e feminino na língua francesa, foi associado, respectivamente, às seguintes características: dura, pesada, segurança proteção; e brilhante, pequena, bonita e delicada (BORODITSKY; SCHMIDT; PHILLIPS, 2003).

Assim, ainda que gramaticalmente a convenção aceita e seguida seja de que não haja uma relação direta entre o gênero da palavra e o gênero do ser que ela designa, tal associação, na prática de uso da língua, é frequentemente realizada. E essa associação não ocorre somente na comunicação cotidiana, uma vez que na criação artística, como em poemas, não é incomum, por exemplo, a atribuição de características femininas à lua e de características masculinas ao mar – elementos que na língua portuguesa são, respectivamente, feminino – "a lua" – e masculino – "o mar" (MENDES; CARDOSO, 2013).

Nesse sentido, uma vez tal relação existe para os usuários da língua portuguesa, expressões linguísticas com marcas de alguma forma associadas ao gênero podem constituir um problema para designar pessoas que são se identificam com o padrão binário de gênero, que percebe o mundo como constituído de seres de dois gêneros apenas – masculino e feminino – e, obrigato-

riamente, como pertencentes a um desses dois. Nessa lógica, baseada na binariedade, alguém pode ser homem ou mulher, mas não pode ser os dois ao mesmo tempo ou nenhum deles.

Tendo em vista os inúmeros movimentos sociais voltados para repensar a construção da categoria de gênero como algo binário, que não mais entendem o masculino genérico como um simples fenômeno linguístico, mas como um produto de convenções sociais e políticas de sociedades patriarcais (BORBA; LOPES, 2018), alguns termos parecem não atender mais à realidade da comunidade linguística que os utiliza e que percebe a identidade de gênero como uma construção, que não é inerente, fixa ou dicotômica. Nesse cenário, são propostas e empregadas novas formas linguísticas, que derivam do objetivo de libertar os falantes da normatividade imposta pelo gênero na língua e, conseqüentemente, na sociedade. A esse respeito, cabe mencionar que, para Volóchinov (2019), a língua, mais do que descrever o mundo, avalia e valora esse mundo. Assim, o emprego dos pronomes "ele" ou "ela", por exemplo, requer que o enunciador categorize o sujeito a quem se refere como masculino ou feminino e, como tal, instaure uma identidade fixa e acabada. Tais questões também constituem uma contenda de ordem prática, a exemplo da divisão de banheiros em masculinos e femininos, o que institui uma problemática para transexuais (pessoas que não se identificam com seu sexo biológico).

O que parece estar sendo proposto, assim, é uma reacentuação desses signos, marcada por uma alteração na forma, uma vez que as formas tradicionalmente empregadas, isto é, com marcadores de gênero, não mais dão conta da realidade. Trata-se de buscar expressar a realidade vivenciada por grupos que não partem de uma perspectiva binária de gênero. Nesse sentido, entendemos que as mudanças na sociedade levam a mudanças no signo, já que a língua não constitui um sistema abstrato de signos linguísticos, mas um sistema de signos ideológicos, que tanto refletem quanto refratam a realidade. Ou seja, tal forma de uso da língua implica um

reconhecimento de que os valores atribuídos aos signos advêm da sociedade que os utiliza.

Além disso, no excerto supracitado do Projeto de Lei, ao empregar o adjetivo "suposto" antes de "machismo" – "não havendo, então, nenhuma causa relacionada a um suposto machismo" (BRASIL, 2020c) –, o texto em questão não só nega a relação entre estruturas terminadas em "o" e marcas de gênero, como também nega a própria existência do machismo na sociedade ao qualificá-lo como suposto. Ou seja, como algo que seria suposto por parte dos grupos de defendem a linguagem neutra, mas não existente de fato.

Nesse sentido, o Projeto de Lei n.º 5.385 dialoga com a nota do colégio Liceu, que demonstra um posicionamento contrário ao afirmar que "A neutralização do gênero gramatical consiste em um conjunto de operações linguísticas voltadas tanto ao enfrentamento do machismo e do sexismo no discurso quanto à inclusão de pessoas não identificadas com o sistema binário de gênero" (LICEU FRANCO-BRASILEIRO, 2020). Trata-se, assim, de uma estratégia que busca marcar na língua uma mudança axiológica, no intuito de que essa alteração linguística incida sobre a realidade, rompendo com os valores dominantes de uma perspectiva que percebe o padrão binário como norma.

Tendo isso em vista, entendemos que tais posicionamentos evidenciam uma disputa de sentidos em torno dos signos que constituem a linguagem neutra: de um lado, estão os grupos que sentem suas necessidades de expressão contempladas pelas formas tradicionais de marcação de gênero e, de outro, estão os grupos que não se sentem contemplados por essas formas linguísticas, as quais, cabe lembrar, são também ideológicas. Assim, instaura-se o que Cameron (2012) denomina de guerrilha linguística, uma contenda que culmina em uma possível alteração na forma da língua, mas que tem suas motivações e implicações assentadas no social, isto é, na realidade dos usuários dessa língua.

Considerações finais

A partir das reflexões realizadas neste estudo, acreditamos ser possível afirmar que os pressu-

postos elaborados pelo Círculo de Bakhtin podem fundamentar a análise e a compreensão do uso da linguagem neutra no Brasil, um fenômeno que vem se anunciando de forma mais acentuada desde 2011, com a eleição de Dilma Rousseff para líder do Poder Executivo e o emprego do termo "presidenta". Desde então, tal fenômeno vem suscitando mudanças em diferentes esferas de atividade humana, a exemplo da acadêmica, que passou a utilizar nos diplomas emitidos termos como "mestra" e "bacharela", em vez do genérico masculino, para designar concluintes que se identificam com o gênero feminino.

Entretanto, essa reestruturação de alguns elementos da língua portuguesa para comportar uma marcação neutra de gênero tem sido causa de ampla discussão em diferentes setores da sociedade, tendo motivado, apenas em 2020, quatro projetos de lei visando proibir tal modificação. Acreditamos que essa querela em torno da linguagem inclusiva evidencia que a língua, assim como os signos ideológicos que a compõem, constitui uma arena de embate entre diferentes interesses e pontos de vista. Nessa luta, estão em jogo: a) uma tentativa de conter os sentidos dos signos que remetem, de alguma maneira, à marcação de gênero; e b) uma reacentuação desses signos marcada por uma alteração na forma.

Uma vez que as estruturas linguísticas tradicionalmente empregadas não mais dão conta da realidade de parte dos usuários da língua, faz-se necessário encontrar novas formas de expressão. Essa reorganização é importante porque a língua não só possibilita enunciar determinado posicionamento, mas também porque, ao fazê-lo, afetamos nossa constituição enquanto sujeitos e a constituição daqueles com quem interagimos. Nesse sentido, conforme explicita Borba (2015, p. 102), "[...] não falamos A, B ou C por que somos X, Y, Z; mas nos constituímos como X, Y ou Z ao falar A, B ou C".

Como entende o Círculo de Bakhtin, a língua está diretamente associada à construção identitária dos seres humanos, de modo que enunciar utilizando linguagem neutra pode ser um importante fator de reconhecimento de grupos que

não se identificam com a binariedade de gênero. Assim, ao optar por essa forma de linguagem, evidencia-se um posicionamento que valora tal não identificação como algo possível no mundo, desmistificando a percepção de que gênero e sexo biológico são sinônimos e de que alguns grupos estão fora dos padrões sociais, o que permite, por conseguinte, alterar determinados estereótipos.

Diante disso, acreditamos que esse fenômeno – que se repete em outros países além do Brasil – constitui um fator que revela mudanças sociais importantes e, como tal, merece ser estudado também do ponto de vista linguístico, a fim de compreender de maneira mais aprofundada suas implicações. Além disso, são necessárias, ainda, investigações que tratem de aspectos pragmáticos dessa forma de linguagem, como, por exemplo, a pronúncia desses termos e a acessibilidade para pessoas que utilizam *softwares* de leitura de texto (como deficientes visuais), os quais ainda não reconhecem variantes terminadas em “@” ou “x”. Isso, em um primeiro momento, poderia indicar a preferência pela terminação “e”, mas criaria outros problemas em termos como “ele”, “aquele” e “dele”.

Por fim, acreditamos que as considerações aqui expostas tenham contribuído para pensar esse fenômeno no que concerne às relações entre língua e sociedade e à forma como a língua ocupa um papel central na constituição de nossa identidade. Nesse sentido, o presente estudo, longe de esgotar o tema, pretende sinalizar para a relevância desse fenômeno e para a premência de pesquisas adicionais a esse respeito em diferentes áreas dos estudos linguísticos.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)*. 6. ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BORBA, Rodrigo. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/10378/4862>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 21, n. esp., p. 41-285, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15198/9376>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- BORODITSKY, Lera; SCHMIDT, Lauren A.; PHILLIPS, Webb. Sex, syntax and semantics. In: GENTNER, D.; GOLDIN-MEADOW, S. (ed.). *Language in mind: advances in the study of language and thought*. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 61-79. Disponível em: https://web.stanford.edu/class/linguist156/Boroditsky_ea_2003.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Emenda ao Projeto de Lei n.º 8.035/2010, de 7 de junho de 2011*. Emenda modificativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=885151&filename=Tramitacao-EMC+2317/2011+PL803510+%-3D%3E+PL+8035/2010. Acesso em: 6 dez. 2020.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei n.º 12.605, de 3 de abril de 2012*. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/589528/publicacao/15760047>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 3.325, de 12 de novembro de 2020*. Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do estado do Rio de Janeiro ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020a. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/02ac6f279b568e24832566ec0018d839/22e138b-53c70ad770325861d005d40a9?OpenDocument>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 5.248, de 24 de novembro de 2020*. Estabelece o direito dos estudantes de todo o Brasil ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=64BA790FAEF256C-D24F408B8A3ABA207.proposicoesWebExterno1?codteor=1943896&filename=Tramitacao-PL+5248/2020. Acesso em: 5 dez. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 5.385, de 04 de dezembro de 2020*. Estabelece medidas de proteção ao direito dos estudantes brasileiros ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020c. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1946646&filename=Tramitacao-PL+5385/2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

CAMERON, Deborah. *Verbal hygiene*. London: Routledge, 2012.

CÂMARA JR., Matoso Joaquim. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CORBETT, Greville. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

GYGAX, Pascal *et al.* Generically intended, but specifically interpreted: when beauticians, musicians, and mechanics are all men. *Language and Cognitive Processes*, London, v. 23, n. 3, p. 464-485, 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01690960701702035>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LICEU FRANCO-BRASILEIRO. *Nota de esclarecimento – neutralização de gênero gramatical*. In: *Liceu Franco*. Rio de Janeiro, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://liceufranco.com.br/noticias/2020/11/12/nota-de-esclarecimento-neutralizacao-de-genero-gramatical>. Acesso em: 6 dez. 2020.

LÍNGUA, gramática, gênero e inclusão. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2:50:05 min). Publicado pelo canal Associação Brasileira de Linguística (Abralín). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_AdQFP3ssAY. Acesso em: 11 dez. 2020.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução de Ekaterina Vólkova Américo, Sheila Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, Teresa; CARDOSO, Luís (org.). *A mulher na literatura e outras artes*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre, 2013.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo. *Relatório 2018: Assassinos de LGBT no Brasil*. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

RIO DE JANEIRO. *Projeto de Lei n.º 2.013, de 03 de dezembro de 2020*. Dispõe sobre a vedação do uso de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas no país e aprovadas pela comunidade lusófona, no município do Rio de Janeiro, na forma que menciona. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/12/Projeto-de-Lei-Carlos-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SARAIVA, Maria Laura. Escola do Rio de Janeiro adota linguagem neutra na sala de aula: "Querides alunes". *Pais e Filhos*, São Paulo, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/escola-do-rio-de-janeiro-adota-linguagem-neutra-na-sala-de-aula-querides-alunes/>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SOUZA, Carinne. Violência doméstica: a cada 2 minutos, uma mulher é agredida no Brasil. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 out. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2020/10/4881286--a-cada-2-minutos-uma-mulher-e-agredida-no-pais.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2. ed. Tradução de Sheila Grillo, Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. *A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica*. Tradução de Sheila Grillo, Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de doutorado concedida durante o período de realização desta pesquisa e à Rita von Hunty por ter instigado a reflexão presente neste artigo.

Verônica Franciele Seidel

Doutoranda em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; bacharel em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Verônica Franciele Seidel

Rua Coronel Vicente, 465, apto. 1004

Centro Histórico, 90030-041

Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.